

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.520 - SC (2018/0265485-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : DOLORES DENK MUNCINELLI
AGRAVANTE : PEDRO MUNCINELLI
ADVOGADOS : JOÃO GUSTAVO TONON MEDEIROS E OUTRO(S) - SC016318
CRISTHIANO MARCELO GEVAERD - SC015234
ULISSES KINDERMANN DE SÁ - SC022482
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S) - RS016912
GIOVANA GNECCO COLOMBO - SC033908

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alínea “a” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"SFH. FAR. TRANSFERÊNCIA IRREGULAR. CONTRATO DE GAVETA.

NULIDADE.

1. Nos termos da Lei nº 11.977/09, nas operações com recursos do FAR, as cessões de direitos, promessas de cessões de direitos ou procurações que tenham por objeto a compra e venda, promessa de compra e venda ou cessão de imóveis adquiridos sob as regras do PMCMV, quando ausente a quitação do contrato, serão consideradas nulas.

2. A negociação do imóvel após a quitação do contrato é um benefício do mutuário do FAR, não sendo possível transferir o imóvel para terceiro durante a amortização do contrato." (e-STJ, fl. 127)

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fls. 153).

Em suas razões recursais, a agravante aponta violação aos arts. 489, inciso III, §1º, inciso IV do Código de Processo Civil de 2015 e 104 do Código Civil de 2002, sustentando, em síntese (a) que o acórdão de origem é nulo pois não se manifestou sobre a contradição suscitada em embargos de declaração, considerando que após afirmar que a sentença deveria ser mantida, foi dado provimento parcial a apelação e (b) que o contrato particular de promessa de compra e venda firmado possui todos os requisitos de validade e

as partes já encontram-se na posse do imóvel, de modo que cabível o pedido de pagamento do saldo devedor com a utilização do FGTS.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 322/334.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

No tocante a violação ao art. 489 III, §1º, IV do CPC/15, tem-se que, de fato, constou na parte dispositiva do acórdão dando parcial provimento à apelação, sendo que na fundamentação, há determinação para que a sentença de improcedência seja confirmada, senão vejamos:

"Processado o feito, foi proferida sentença cujo dispositivo tem o seguinte teor:

*Em face do que foi dito, julgo improcedentes os pedidos.
Condeno os autores ao pagamento das custas processuais de honorários de advogado fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, cuja exigibilidade permanecerá sobrestada até modificação favorável de sua situação econômica, face o deferimento da gratuidade da justiça.*

(...)

Sendo assim, a sentença proferida pelo Eminente Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO deve ser confirmada, in verbis:

(...)

Ante o exposto, voto por dar parcial provimento à apelação.

(e-STJ, fls. 123/124)

(...)

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, decidiu dar parcial provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado." (e-STJ, fl. 127)

Contudo, tem-se que o reconhecimento desta possível nulidade não aproveita

à agravante, vez que o referido equívoco, em tese, prejudicaria a parte adversa, sendo ainda irrelevante quanto ao deslinde do presente caso.

Nesse ponto, é o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça que apenas o não enfrentamento das questões relevantes e imprescindíveis à resolução da demanda ensejam a violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15, senão vejamos:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. DESCONTO EM CONTA CORRENTE. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO CORRENTISTA. OMISSÃO RELEVANTE. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Ainda que não examinados individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, se o acórdão recorrido decide integralmente a controvérsia, apresentando fundamentação adequada, não há que se falar em ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. Nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, "Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução" (REsp 1.814.271/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 1º/7/2019).

2. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1458222/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 08/10/2019)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. OMISSÃO DE QUESTÃO RELEVANTE. OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Apenas as omissões acerca de questões relevantes ao julgamento da causa, as quais, se acolhidas, poderiam alterar o resultado do julgamento, ensejam o provimento do recurso especial por omissão.

Caso concreto no qual o Tribunal de origem deixou de analisar a tese de revisão das 12 (doze) últimas contribuições imediatamente anteriores à concessão do benefício previdenciário, verificando a regularidade do cálculo efetuado com o disposto no regulamento do plano de previdência privada à época da concessão do benefício.

2. Agravo interno desprovido.

*(AgInt no REsp 1636191/SE, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 19/10/2018)*

Com relação à suposta violação ao art. 104 do CC/02, tem-se que este não se encontra contemplado no objeto da controvérsia resolvida pelo Tribunal de origem, tampouco foi objeto dos embargos de declaração opostos pelos recorrentes às fls. 135/143, não se vislumbrando o prequestionamento necessário para viabilizar a interposição do presente recurso especial.

Daí a inteligência do enunciado da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia, a qual orienta que *"o ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento"*.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)*

Ademais, a Corte de origem afirmou que restou comprovada a transferência irregular da posse do imóvel, pois a Lei 11.977/09 veda a cessão de direitos antes da quitação do contrato, *in verbis*:

"Nos termos da Lei nº 11.977/09, nas operações com recursos do FAR, as cessões de direitos, promessas de cessões de direitos ou procurações que tenham por objeto a compra e venda, promessa de compra e venda ou cessão de imóveis adquiridos sob as regras do PMCMV, quando ausente a quitação do contrato, serão consideradas nulas.

Superior Tribunal de Justiça

A negociação do imóvel após a quitação do contrato é um benefício do mutuário do FAR, não sendo possível transferir o imóvel para terceiro durante a amortização do contrato.

No caso dos autos, a prova dos autos é conclusiva no sentido de que ocorreu a transferência irregular da posse." (e-STJ, fls. 124)

Este fundamento não foi objeto de impugnação e é suficiente, por si só, a manter a decisão da Corte de origem, o que atrai, na hipótese, a incidência por analogia da Súmula 283 do Supremo Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. MONTADORA DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIAS. SOLIDARIEDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

2. "A fornecedora de veículos automotores para revenda - montadora concedente - é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos (concessionária) diante do consumidor, ou seja, há responsabilidade de quaisquer dos integrantes da cadeia de fornecimento que dela se beneficia. Precedentes" (AgRg no AREsp 629.301/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 495.367/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 28/03/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator